

**TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES / CONTRATAÇÕES**

• **CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- Aquisição de **insulinas e insumos** , nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMA T	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	INSULINA LISPRO 100UI/ML - Carpule		CARPULE	5000	30,06	R\$ 150.300,00
2	INSULINA DEGLUDECA 100UI/ML		COM SISTEMA DE APLICAÇÃO	2000	124,04	R\$ 248.080,00
3	AGULHA 4MM - COMPATÍVEL COM CANETA PEN3, CAIXA COM 100 UNIDADES - PARA USO EM CRIANÇAS DE PEQUENA IDADE		CAIXA	5000	15,62	R\$ 78.100,00
4	AGULHA 6MM - QUE SEJA COMPATÍVEL COM A CANETA NOVO PEN 3, CAIXA COM 100 UNIDADE		CAIXA	5000	18,66	R\$ 93.300,00
5	INSULINA 100 UI/ML SOL. INJ - VIA SUBCUTÂNEA, CARTUCHO DE 03ML, SENDO 01 ML DA SOLUÇÃO COM 100u (3,5mg DE INSULINA ASPART (r-DNA) E EXCIPIENTES.		CARPULE	5000	25,75	R\$ 128.750,00

<b>6</b>	<b>INSULINA DETEMIR SOL. INJ 100 UI/ML</b> DE ANÁLOGO DE INSULINA DE AÇÃO PROLONGADA, VIA SUBCUTÂNEA, CONTENDO 03ML CADA CARTUCHO.		CARPULE	3000	57,00	R\$ 171.000,00
<b>7</b>	<b>LIRAGLUTIDA 6MG/ML – 3ML (SIST. DE APLICAÇÃO), Solução de uso SC - CARPULE</b>		SERINGA	1000	170,91	R\$ 170.910,00
<b>8</b>	<b>GLARGINA SOL. INJ. VIA SUBCUTÂNEA -</b> CARTUCHO DE 03ml, SENDO QUE CADA 01ml CONTÊM 100 UI DE INSULINA GLARGINA E CLORETO DE ZINCO, M- CRESOL, GLICEROL, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, ÁCIDO CLORÍDRICO E ÁGUA COMO EXCIPIENTE.		CARPULE	6000	18,03	R\$ 108.180,00
<b>9</b>	<b>TIRAS REAGENTE P/ MESSURAÇÃO -</b> Tiras reagente para medição de glicemia, com química enzimática Desidrogenase ou enzima glicose oxidase, e método através de leitura fotométrica ou amperométrica, com faixa de medição de 20 a 600mg/dl. aceitando valores menores que 20mg/dl e maiores que 600mg/dl, e que permita a leitura de qualquer tipo de amostra de sangue		FRASCO	2000	20,00	R\$ 40.000,00

	<p>capilar, venoso, arterial, neonatal, com leitura em monitor portátil, sem necessidade de chip ou código de calibração a cada lote. (justificativa no code nos aparelhos: Tal exigência se faz necessária, pois a troca de chip ou código, além de dificultar o manuseio do mesmo, corrobora para erros e desvio de medição, especialmente no nosso caso, pois nosso maior público e idoso, além de menores de idade, pessoas não alfabetizadas e portadores de necessidades especiais, entre outras características presente em nossos pacientes, sendo assim, indiscutivelmente os aparelhos que não necessitam de codificação, ou seja, auto-codificáveis é extremamente vantajo para os pacientes, pois praticamente exclui o risco de erros e desvios da medição). O sistema tira de reagente e monitor deverá atender a todas as faixas de hematócrito (30 a 55%).</p> <p>Tempo de leitura máximo em 15 segundos. As tiras devem ser embaladas em caixas contendo 50 unidades. A embalagem de acondicionamento das tiras deve trazer externamente os dados de identificação, procedência, número do lote,</p>					
--	---	--	--	--	--	--

	<p>data de fabricação, prazo de validade e número de registro no ministério da saúde. O prazo de validade mínimo das tiras deve ser de 12 meses a contar da entrega das tiras no almoxarifado da prefeitura. A empresa vencedora se compromete a fornecer em regime de doação monitores de glicemia novos acompanhados de manual na primeira compra, independente da quantidade de tiras reagentes adquiridas e posteriormente conforme solicitado, substituir caso necessário, os monitores que apresentarem defeitos, e estar ciente de que o fornecimento do monitor não está atrelado à aquisição de qualquer quantidade de tiras reagentes, ficando responsável por treinamentos aos usuários e profissionais da saúde, bem como, pela manutenção e assistência técnica dos monitores, se necessário.</p> <p>Caso as tiras forem compatíveis com o glicosímetro já existente na Secretaria da Saúde e declarado pela mesma, poderá se negociar somente a entrega de novos glicosímetros para substituição e novos cadastro de pacientes. O monitor glicemia deve possuir registro na ANVISA. As tiras reagentes</p>					
--	--	--	--	--	--	--

	<p>devem ser compatíveis com o monitor de glicemia fornecido.</p> <p>No momento da entrega deverá ser entregue CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO. A empresa vencedora deverá ainda fornecer 150 baterias compatíveis com os monitores, bem como 15 frascos de solução controle. A quantidade global estimada para o fornecimento de monitores é de 3.000 unidades.</p>					
<b>10</b>	<p><b>LANCETAS DESCARTÁVEL -</b></p> <p>PARA PUNÇÃO DIGITAL EM AÇO INOX, BISEL TRICETADO EMBUTIDO FIRMEMENTE EM CORPO PLÁSTICO OU OUTRO MATERIAL COMPATÍVEL, COM TAMPA PROTETORA DE FÁCIL REMOÇÃO E QUE PROTEJA A LANCETA APÓS O USO. EMBALAGEM RESISTENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO USO, TRAZENDO EXTERNAMENTE DADOS DE FABRICAÇÃO, ESTERILIZAÇÃO E PROCEDÊNCIA.</p> <p>OBSERVAÇÃO: A EMPRESA VENCEDORA SE</p>		UNIDADE	80000	0,03	R\$ 2.400,00

	COMPROMETE A FORNECER, CASO NECESSÁRIO, UM LANCETADOR POR PACIENTE.					
--	---	--	--	--	--	--

- Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados a partir da data da realização da solicitação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### • **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### • **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

#### • **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### • **Sustentabilidade:**

- Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

##### **Da exigência de amostra**

- *Não se aplica.*

##### **Da exigência de carta de solidariedade**

- *Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.*

### **Subcontratação**

- Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

- *Não se aplica.*

### **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

- *O prazo de entrega dos bens é de até 15 dias, parcial conforme a necessidade, contados da notificação de empenho.*

### **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- Fiscalização
- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### **Fiscalização Técnica**

- O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a

Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#),
- Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual
- **Fiscalização Administrativa**
  - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário
  - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

### **Gestor do Contrato**

- O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com



menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

- O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## • CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

- Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15(quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **15 (quinze) dias úteis**.
- O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

- Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de quinze dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
  - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - o prazo de validade;
  - a data da emissão;
  - os dados do contrato e do órgão contratante;
  - o período respectivo de execução do contrato;
  - o valor a pagar; e
  - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

## **Prazo de pagamento**

- O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

## **Forma de pagamento**

- O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## • **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

### **Forma de fornecimento**

- O fornecimento parcial conforme necessidade.

### **Exigências de habilitação**

- Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; se houver.
- Prova de regularidade com as Fazendas **Estadual e Municipal ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual/Municipal ou Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
  - *8.17.1 - Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.*

### **Qualificação Técnica**

- **Não se aplica.**

- **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- *O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.191.020,00 (um milhão, cento e noventa e um mil e vinte reais), conforme custos unitários apostos em anexo.*

- **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal

- A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Gestão/Unidade: [...];
- Fonte de Recursos: Ficha 422
- Programa de Trabalho: [...];
- Elemento de Despesa: [...];
- Plano Interno: [...];

- *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

- Paraguaçu Paulista, 03 de Maio de 2024

<b>Funcionário Responsável</b>	<b>Diretor</b>
<hr/> Renata Souza Annunciato	<hr/> Egydio Tonini Nogueira Neto